



# FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESCOLARES NA DEMOCRATIZAÇÃO ESCOLAR

**Antonia Rilzonete de Castro Batista**

Mestra em Educação e Professora da UERN

**Arlene Maria Soares de Medeiros**

Doutora em Educação e Professora da UERN

## RESUMO

Este trabalho discute a contribuição da formação continuada de conselheiros escolares, por meio de uma proposta de projeto de extensão articulada entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e o Sistema Municipal de Ensino de Mossoró. Objetiva-se, nesse sentido, relatar a relevância social e educacional do projeto extensionista formativo para os conselheiros escolares, sobretudo no que diz respeito ao empoderamento destes, visando a democratização da gestão. O arcabouço teórico está fundamentado em Freire (1983), Gadotti (2017), Horochovski (2007), Paro (2001, 2007), dentre outros autores. O processo formativo apresentou subsídios teóricos e práticos, fomentando o saber transformador, a reflexão e a autonomia. Nesse sentido, os resultados evidenciam que a formação continuada expôs subsídios para fomentar a consciência crítica e a perspectiva emancipatória nos conselheiros. Isso porque tal formação permitiu que os conselheiros realizassem uma releitura do que já sabiam por meio do que foi apresentado nos conteúdos formativos, agindo com altivez e sabedoria em relação às suas atribuições dentro da escola. Desse modo, pode-se concluir que o projeto de extensão contribuiu para a formação dos conselheiros, desenvolvendo o exercício de sua autonomia intelectual e pessoal, tornando-os empoderados à medida que reconhecem a necessidade de sua efetiva participação no Conselho Escolar e, ao mesmo tempo, da reflexão acerca de suas práticas no processo de democratização da gestão escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto de extensão. Universidade. Formação. Conselho Escolar. Democratização da gestão.



## TRAINING SCHOOL COUNSELORS TO IMPROVE DEMOCRACY IN SCHOOLS

### ABSTRACT

This work discusses the contribution of continuing education of school counselors through a proposal for an extension project articulated between the University of the State of Rio Grande do Norte (UERN) and the Municipal Education System of Mossoró. In this sense, the objective is to report the social and educational relevance of the extension project by training school counselors, especially regarding their empowerment and aiming at the democratization of management. The theoretical framework is based on Freire (1983), Gadotti (2017), Horochovski (2007), Paro (2001, 2007), among other authors. The training process presented theoretical and practical subsidies, fostering transformative knowledge, reflection and autonomy. In this sense, the results demonstrated that continuing education provided subsidies to foster critical awareness and an emancipatory perspective in counselors. This is because the training process allowed the counselors to perform a rereading what they already knew through what was presented in the training content in order to make them compatible with their attributions within the school. In this way, the council can exercise its autonomy to the extent that it recognizes the need for its autonomy over time, for the reflection of its practices in the process of democratization of school management.

**KEYWORDS:** Extension Project. University. Formation. School Council. Democratization of management.

### INTRODUÇÃO

Este artigo discute sobre a extensão como forma de contribuição para com a formação continuada dos Conselheiros Escolares de duas escolas da rede pública municipal de Mossoró/RN, na perspectiva do empoderamento e, conseqüentemente, da democratização da gestão. Tal ação extensionista consiste em projeto, realizado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e pelo Sistema Municipal de Ensino, que resultou numa dissertação.

É oportuno ressaltar que o projeto de extensão nasceu de uma pesquisa empírica de mestrado, a partir dos estudos e seminários do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Educação e Sociedade (GEPEES). Isso porque, nas discussões acerca de nossa pesquisa, foi aventada a possibilidade de realização de uma pesquisa-ação que pudesse agregar os pesquisadores, mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) vinculadas ao referido grupo, e, ao mesmo tempo, estabelecer uma parceria com o Sistema Municipal de Ensino (SME) e o Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE).



A extensão universitária exerce papel influenciador na sociedade, uma vez que constitui espaço que contribui para a mudança social. Ela consiste em campo que se destaca por agregar vínculos com a comunidade, ampliando comunicação e os saberes. Para a extensão, todos os sujeitos são inacabáveis, seres possíveis de transformação em busca de sua superação. Essa compreensão, por sua vez, fomenta a construção do conhecimento científico, visando o desenvolvimento das funções dos conselheiros escolares, a saber: consultiva, de controle social, deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora e pedagógica, com o propósito do exercício democrático no espaço escolar, abrangendo as atividades administrativas, pedagógicas, financeiras e humanas.

Nossa intenção com este trabalho é publicizar os resultados do projeto extensionista articulado entre a UERN e o Sistema Municipal de Ensino, que aconteceu no final de 2019 e início de 2020 para a produção de nossa dissertação. O percurso metodológico constitui-se de uma pesquisa-ação desenvolvida com os conselheiros de duas escolas públicas da rede municipal de ensino de Mossoró/RN.

Nossas discussões se encontram ancoradas nos estudos dos princípios democráticos, tais como: Freire (1983), Gadotti (2017), Horochovski (2007), Paro (2001, 2007), dentre outros. Os estudos teóricos despertam o olhar para o fortalecimento da participação do Conselho Escolar como espaço de democracia. A extensão universitária possibilitou aos conselheiros escolares o contato interativo e argumentativo com professores doutores, mestres e mestrandos do POSEDUC/UERN.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, trazemos a extensão universitária e seu papel na sociedade, entrelaçando os saberes e as práticas; na segunda seção, apresentamos o projeto de extensão como mecanismo de formação e empoderamento dos conselheiros escolares, expondo a estrutura curricular, que reforça a necessidade de que os Conselhos Escolares sejam espaço de colaboração, participação, interação e por fim, a conclusão.

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU PAPEL NA SOCIEDADE**

A universidade é, para a sociedade, uma instituição que fomenta e induz mudanças. Ela consiste em espaço organizado e intencional que prepara o cidadão para atuar com criticidade e clareza em atitudes que contribuam para a mudança social. Desse modo, suas ações refletem na transformação cultural e política, com o novo agir dos sujeitos. Nesse sentido, inspira o saber transformador autônomo e democrático, sendo definida como espaço influenciador que usa suas estratégias de pesquisa para ultrapassar seus muros universitários, chegando à sociedade por meio de suas ações extensionistas. Foi isso que efetuamos na produção de nossa dissertação, quando,

por meio da pesquisa e da extensão, realizamos uma formação destinada aos conselheiros escolares, no sentido de seu empoderamento, que pudesse contribuir com a democratização da gestão. Em face disso, um trabalho dessa natureza consegue descobrir as dificuldades externas, com o objetivo de orientar os sujeitos a pensar, refletir, ajudando-os e influenciando-os no seu processo de mudança, além de ampliar suas atividades internas com práticas, de maneira que sua contribuição seja significativa e atual.

Acerca da prática extensionista universitária, Gadotti (2017) desenha uma linha do tempo com o avanço da extensão universitária, que tomou mais visibilidade com os Planos Nacionais de Educação (2001-2010; 2014-2023), enfatizando o PNE (2014-2023), com mais evidência no que diz respeito à ampliação de programas e projetos extensionistas nas universidades. A meta 12, estratégia 12.7, explicita a ampliação dos créditos curriculares: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”, aproximando a educação universitária da população.

Esse contexto evidencia a responsabilidade da universidade para com a formação da população que necessita de mais atenção em virtude de carência de estudos científicos que lhe proporcionem reflexão e criticidade. Nesse sentido, a concepção teórica sobre a extensão universitária, inserida na conjuntura histórica, nasceu na Inglaterra com a revolução industrial no século XIX, “destinada à população adulta que não tinha acesso à universidade” (GADOTTI, 2017, p. 1).

Gadotti (2017) explicita que, no Brasil, basicamente nos anos 1950 e 1960, o compromisso com a sociedade cresceu quando a universidade sentiu que a classe menos favorecida deveria ter mais consciência política na busca de seus direitos, prevalecendo com mais intensidade devido às lutas dos movimentos sociais. Em contínuo, os movimentos populares e as organizações não governamentais, nos anos 1970 e 1980, fortaleceram suas lutas em busca de uma sociedade mais justa, otimizando o processo da extensão universitária de ensino-aprendizagem para grupos sociais menos favorecidos.

Contudo, as lutas sociais ganharam visibilidade no processo da educação, pressionando os governantes e os reitores de universidades. Surge, então, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). Tal fórum, de acordo com Gadotti (2017, p. 2),

Foi decisivo para o avanço que se deu a seguir. Para o FORPROEX, a Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transfor-

madora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, a Extensão Universitária é uma via de mão dupla entre Universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular se reencontravam.

Diante disso, a universidade preocupou-se em oferecer atividade de cunho científico, cultural e moral, contribuindo de forma mais justa para com a sociedade, fomentando a reflexão e a liberdade de expressão. Sob essa perspectiva, a extensão é entendida como contributo para transformação social, possibilitando ações significativas e positivas no cotidiano dos sujeitos inseridos nesse processo educacional.

Nesse ensejo, podemos afirmar que o trabalho da extensão universitária deve objetivar o desenvolvimento cultural da sociedade como forma de referência normativa, de maneira que seja significativo para quem está nesse processo e não cause o desestímulo e o descrédito do projeto, levando à desistência dos participantes.

Nessa visão, as universidades que trazem em seus currículos a extensão devem ter o cuidado de apresentar um trabalho mais voltado para a interdisciplinaridade do saber científico e do saber popular, de maneira que os sujeitos se identifiquem, participem e desejem a prática da mudança. Além disso, devem compreender que “a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (BORDENAVE, 1994, p. 12). São adultos que carregam histórias de dificuldades e sentimento de descredibilidade e precisam de estímulo para essa relação proximal com a universidade.

O currículo é aqui entendido como um campo amplo de conhecimento, centrado no tempo e espaço, perpassado pelas relações de poder, sistematizado pelas políticas educacionais, tem papel fundamental para que a escola perceba como tem contribuído para a construção dos sujeitos sociais. De fato, o currículo perpassa todas as áreas de conhecimento e contribui para a formação dos sujeitos. O currículo é arcabouço das políticas educacionais, é nesta seara que ocorre um considerável processo de elaboração e implementação de políticas educacionais no Brasil (ESPÍNDULA *et al.*, 2012, p. 103).

Desse modo, acreditamos que a mudança seja entendida por quem trabalha com a extensão universitária, pois “todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos” (FREIRE, 1983, p. 44), de modo que a extensão tenha papel importante para quem media e quem participa da formação, deixando na instituição o sentimento de contribuição, para que, dessa forma, os sujeitos possam agir em suas relações com conhecimento de causa.



## O PROJETO DE EXTENSÃO: FORMAÇÃO E EMPODERAMENTO DOS CONSELHEIROS ESCOLARES

A correlação da extensão com a sociedade abre viés para ampliar as contribuições que a universidade pode trazer com seu trabalho junto à população, contribuindo com a construção de saberes acerca da escola ou do Conselho Escolar, como no caso aqui estudado. Dessa maneira, essa correlação colabora para a intervenção de ações que venham propiciar o conhecimento dos sujeitos que compõem a instituição, fomentando o trabalho pensante, pois “coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação” (FREIRE, 1983, p. 45), de maneira que a universidade se perceba inserida na comunidade escolar e essa incorpore o conhecimento científico.

Nesse contexto, a Constituição de 1988 presenteia a sociedade quando aponta autonomia para as universidades no art. 207, explicitando que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 44). No ano de 1996, a legislação brasileira faz referência ao trabalho de extensão da universidade, quando registra na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o seguinte:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:  
VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, p. 31).

Visando cumprir o que respalda a legislação, a extensão universitária chega ao chão da escola para trabalhar com a comunidade do Conselho Escolar. Para tanto, o POSEDUC/GEPEES/UERN oportuniza à população do Conselho Escolar do município de Mossoró a possibilidade de participação no Projeto de Extensão com formação continuada, proporcionando benefícios acadêmicos e profissionais que visam a fortalecer o Conselho Escolar de modo cooperativo, participativo e interacionista, pois a “educação se faz assim, também, com assimilação de valores, gostos e preferências, a incorporação de comportamentos, hábitos e posturas, desenvolvimento de habilidades e aptidões” (PARO, 2001, p. 38).

A proposição curricular do Projeto de Extensão, curso de 30 horas presenciais, está voltada, especificamente, para o aprofundamento do debate acerca da gestão democrática, da participação no Conselho Escolar, conforme recomenda a Constituição Federal de 1988 quando define o princípio da gestão democrática no ensino público. A LDB reforça esse princípio, presente nos Planos de Educação e legislação local para a organização da gestão democrática e, conseqüentemente, do Conselho Escolar. Assim sendo, o Proje-

to de Extensão foi uma iniciativa pensada coletivamente com os docentes do POSEDUC e do GEPEES. Os quatro docentes que participam do projeto estão vinculados ao GEPEES, e três fazem parte do corpo docente do POSEDUC. Portanto, foi o canal para desenvolver a formação continuada para os conselheiros escolares e seu empoderamento.

O curso extensionista também apresenta uma estrutura curricular pensada a partir da contribuição que os docentes e mestrandos poderiam apresentar para o processo de formação e empoderamento dos conselheiros. Partimos das possibilidades concretas de cada um. Ninguém precisou sair de seu raio de pesquisa, de estudos, para ajudar na formação e no empoderamento dos sujeitos que fazem o Conselho Escolar funcionar, trazendo como forma de conhecimento o tempo, o espaço e a percepção do Conselho Escolar como construção dos sujeitos que dele fazem parte.

A prática extensionista que abordamos traduz partilha de conhecimento, troca de experiência e saberes, a fim de estimular os conselheiros a serem sujeitos ativos, reflexivos, autônomos, tendo em vista o desempenho de suas funções. Ademais, visa estimular e elucidar a reflexão sobre as atribuições do Conselho Escolar no que tange a suas funções, relacionando teoria e prática, optando por se constituir espaço de autonomia e debates em defesa da educação de qualidade na escola pública. Nesse caso, aos “homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente” (FREIRE, 1983, p. 14) com novos olhares e compreensões acerca do conhecimento, a fim de estimulá-los a serem sujeitos participativos.

Convém destacar que a prática extensionista consiste na difusão e discussão de conhecimentos produzidos historicamente por homens e mulheres que acreditam no papel social da intervenção. O caráter reflexivo para a expressão extensão nos remete a Freire (1983), que assenta conceitos diferenciados, afirmando que há aqueles que utilizam a extensão como desígnio de estender conceitos e outros que usam para incentivar a comunicação. Nosso foco para a extensão é a comunicação, aquela que vê o homem como ser transformador “de relações, desafiado pela natureza, a transforma com seu trabalho; e que o resultado desta transformação, que se separa do homem, constitui seu mundo. O mundo da cultura que se prolonga no mundo da história” (FREIRE, 1983, p. 44) para a organização democrática da ação.

O projeto extensionista realçou, com suas discussões e debates, a importância de os conselheiros se empoderarem e agirem com consciência coletiva, “processo no qual os indivíduos que os compõem obtêm controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente” Horochovski (2007, p. 112), ao entenderem que sua participação contribui para que o desenvolvimento do colegiado seja processo de autonomia do órgão dentro da escola.



Nesse projeto, teoria e prática caminham juntas, porque se completam reciprocamente, apostando no empoderamento dos conselheiros a partir da reflexão e efetiva participação nos processos decisórios da escola. Dessa maneira, a estrutura curricular foi planejada observando os critérios de escolha para essas duas ações, no sentido de apresentar autores que pudessem ajudar na reflexão dos sujeitos diante de suas práticas. Nesse sentido, apresentamos a estrutura curricular do Projeto de Extensão, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Estrutura curricular do Projeto de Extensão

| PROJETO DE EXTENSÃO                             |                                       |  |
|---|---------------------------------------|--|
| FORMAÇÃO DE CONSELHOS ESCOLARES E EMPODERAMENTO | 1ª ETAPA -<br>Aula aberta             | Democracia e participação da escola pública: desafios e perspectivas |
|   | 2ª ETAPA -<br>Encontros<br>Formativos | Conselho Escolar: funcionamento e funções                            |
|   |                                       | Conselho Escolar: democracia e subjetividade                         |
|   |                                       | Conselho Escolar e as relações de poder                              |
|   |                                       | Conselho Escolar: espaço de possíveis consensos                      |
|   |                                       | Conselho Escolar e gerencialismo                                     |
|   |                                       | Conselho Escolar e gestão do Projeto Político Pedagógico (PPP)       |

Fonte: Projeto de Extensão (UERN, 2019).

O quadro 1 demonstra a estrutura curricular da formação para os Conselhos Escolares e seu empoderamento, desenvolvida em duas etapas. A primeira etapa foi realizada em forma de aula inaugural, envolvendo os presidentes e diretores de escolas da Rede Municipal de Ensino de Mossoró que são conselheiros escolares, bem como a Secretária Municipal de Educação e demais profissionais, momento em que tivemos a participação de aproximadamente 100 pessoas, reunidas no Auditório Estação das Artes Eliseu Ventania. Já a segunda etapa foi realizada mediante seis encontros presenciais, oportunizando aos conselheiros escolares de duas escolas participarem dessa formação continuada.

Diante da abrangência da atuação do Conselho Escolar para exercer a democracia na escola, optamos por trabalhar na formação para os conselhei-



ros escolares com vários temas, conforme o quadro anterior. Para o primeiro encontro formativo, foi discutido o tema Conselho Escolar: funcionamento e funções, como forma de contribuir para pensar a atuação de cada membro do colegiado. No âmbito do marco legal para o exercício da participação na gestão democrática escolar, trabalhamos a luta social ao alcance da Constituição de 1988, que precisou de muitas reivindicações da população para que o conselho fosse um órgão efetivamente presente na instituição. A gestão democrática foi uma conquista legal que cabe a nós colocá-la em prática.

Como já mencionamos anteriormente, a LDB regulamenta e assegura que os Conselhos Escolares existam e que os sistemas de ensino (estaduais e municipais) façam valer essas orientações legais. Igualmente, os Planos Educacionais – Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação (PNE, PEE e PME) – trazem direcionamentos que garantam de fato a funcionalidade do que “é previsto ainda que o conselho de escola, como órgão deliberativo, para elaborar, acompanhar e avaliar o planejamento e funcionamento da unidade escolar” (PARO, 2007, p. 83) como exercício democrático. Com a abrangência legislativa, apontamos a Lei nº 2.769, de setembro de 2011, que dispõe sobre os Conselhos Escolares nas unidades de ensino municipal de Mossoró e dá outras providências, citando a essência do conselho como instância de permanente debate.

Encontro de saberes e debates contribuem para que os conselheiros possam buscar em conjunto a significação do seu fazer diário, de suas funções, processo aberto de busca e de descobertas. Essas “estratégias [...] e o autoaperfeiçoamento que estão presentes neste tipo de empoderamento” (BAQUERO, 2012, p. 177) trazem o sentido de ajuda e de compreensão das diversidades de ações surgidas no chão da escola, mediando caminhos para alcançar as metas desenvolvidas pela instituição.

Por conseguinte, o segundo encontro formativo – Conselho Escolar, democracia e subjetividade – foi trabalhado no sentido de que os participantes percebessem que seus valores, suas crenças, suas formas de conceber o mundo e a sociedade têm implicações nas suas ações dentro do Conselho Escolar. Por essa razão, não temos Conselhos Escolares iguais, porque os sujeitos que deles participam são singulares e heterogêneos.

Refletir sobre a democracia no Conselho Escolar é pensar também na dimensão subjetiva de quem o faz, com suas formações, suas histórias de vida, de modo que o Conselho Escolar deva respeitar a pluralidade existente em seu interior e na participação da formação.

Devemos reconhecer que o outro é diferente e que não há opinião uniforme, mas que, por isso, ele não será inimigo ou do contra, apenas pensa diferente. O ponto de partida para que o Conselho Escolar faça seu trabalho com empenho é a aceitação das singularidades do colegiado, somando argumentos para um único fim: participar e contribuir de uma maneira que resulte em qualidade para a educação.

O trabalho qualitativo do colegiado é específico de cada escola, pois cada um conhece sua realidade sociopolítica. É com esse conhecimento que a relação coletiva flui, formando grupo de opiniões diferentes. Além disso, entendemos que o “papel da participação no empoderamento” (HOROCHOVSKI, 2007, p. 117) não é decrescente nem limitado, pois, quanto mais os sujeitos aprendem, mais contribuem para o desenvolvimento coletivo com conhecimento.

Em virtude do exposto, é necessário que o colegiado organize momentos de estudos, debates, formações, para que aceite o diferente e as condições subjetivas do outro. Esse processo de conhecimento ajuda entender as “relações entre os pares, em círculo, olho no olho, partilhando e contrapondo entendimentos, compreensões diferentes numa construção coletiva de soluções” (BRASIL, 2006a, p. 39). Essa coerência de aceitar, dialogar e argumentar constrói a subjetividade e a participação da democratização como valor social, caminho para a emancipação dos sujeitos.

No terceiro encontro formativo, discutimos a respeito do Conselho Escolar e as relações de poder que se estabelecem dentro da organização da escola com instâncias múltiplas de poderes. Há, na organização escolar, micropoderes que abrangem a relação do diretor, que administra a escola, do coordenador pedagógico, que orienta os professores, do professor, que conduz sua sala de aula, da merendeira, que direciona sua cozinha, do secretário, que dirige a secretaria com toda documentação escolar, dos alunos, que conduzem seus grupos, das famílias, que representam seus filhos, e do Conselho Escolar, que consiste em um órgão parceiro da gestão escolar.

Nessa ótica, buscamos mostrar na formação o debate sobre as relações de poder que se entrelaçam no órgão colegiado, reproduzindo efeitos com forte ou fraca intensidade e que “os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 1987, p. 125), que, por diversas vezes, se não pensadas, ponderadas, dificultam as deliberações do conselho, que deve ser imparcial, não pessoal. Até o diálogo se torna conflitante se o colegiado não tiver o entendimento acerca do que propõe o conselho e do trabalho coletivo e pluriparticipativo.

A relação de poder da organização escolar precisa ser conduzida de maneira que sirva para refletir suas práticas na busca de resultados satisfatórios, para a melhoria da educação da própria escola, que tem como formato:

A organização escolar é analisada, portanto, em sua singularidade e dinâmica própria, visto que a cultura influencia a contextualização e formação de interações grupais, o que contribui na configuração das suas relações de poder. A cultura escolar reflete especificidades próprias, com manifestações simbólicas, com identidade e valores compartilhados, com um determinado projeto social que sustenta o modelo organizacional democrático (BOTLER, 2010, p. 191).



Esse é mais um ponto que descreve a relação de poder como singular de cada organização escolar, haja vista que cada organização tem suas peculiaridades e originalidades específicas e culturais de sua comunidade. A relação cultural de cada conselho retrata seu modelo participativo, “ao qual chegam às reivindicações e do qual partem as decisões coletivas fundamentais” (BÓBBIO, 2015, p. 73), pois é na partilha de saberes que encontra seu ápice representativo para a relação de poder, que é assimétrico.

No entanto, é fato que, nas relações do conselho, perpassam conflitos. Nesse sentido, a formação incentivou os conselheiros a resistirem e a perceberem o que impede seu trabalho participativo à medida que não devem ser inibidores do diálogo, porque é nele que as possibilidades de entendimento e de resistência afloram. Nessa ótica, o respeito deve presidir toda relação para que o poder seja transformado em empoderamento coletivo no discurso relacional, sendo incluída a pluralidade de vozes.

Desse modo, o empoderamento do conselho se revela na sábia resistência, aquela que discute a burocracia, porém age para a democratização de suas ações, trazendo a interação entre os sujeitos como desígnio de autonomia discursiva e de ações inovadoras. Por essa razão, o poder relacional não deve ultrapassar medidas de respeito, aceitação, inclusão, mas deve ser ambiente de lutas e de compreensão, com possibilidades de fomentar a atuação política.

No quarto encontro formativo – Conselho Escolar: espaço de possíveis consensos –, foi abordada a intencionalidade de trilhar caminhos que enfoquem a importância do diálogo e do respeito às diversidades que existem dentro desse colegiado e a relevância da imprescindível busca coletiva de objetivos comuns. Partiu-se da premissa de que cada sujeito tem sua importância singular, contribuindo com o colegiado e trazendo seus conhecimentos prévios, sua vivência, sua cultura, colaborando de forma coletiva em função do conjunto de todos e trabalhando para a descentralização do poder. Nessa lógica, o indivíduo deve reconhecer como primordial o objetivo comum de todos e não deve predominar o seu próprio pensamento, seus objetivos singulares e suas verdades.

No cenário do coletivo, é pertinente trabalhar para despir-se do pensamento individual como o verdadeiro, focando no objetivo comum do momento que resulte no entrosamento recíproco entre os sujeitos do colegiado, com debate construtivo e contributivo.

O consenso entre os cidadãos como momento de coordenação coletiva conduz [...] a se comportarem democraticamente, propiciando momentos de participação e de decisão coletiva, favorecendo o entendimento dos sujeitos escolares na formação discursiva da vontade. Para que isso ocorra é fundamental que a administração seja reconceituada como processo coletivo e consensual de tomada de decisão (MEDEIROS, 2007, p. 157).

Diante da reflexão, compreendemos consenso como possibilidade de entendimento, de participação e de decisão coletiva entre os conselheiros, aliás, o consenso é construção e não imposição. Os conselheiros escolares precisam trabalhar democraticamente para que as decisões sejam deliberadas de forma discutida, entendendo que somente assim o “empoderamento traz como resultado o aprofundamento da democracia” (HOROCHOVSKI, 2007, p. 114). As reflexões citadas somente são possíveis de acontecer quando há conhecimento, humildade e respeito, de forma a incluir e construir o pensamento com aprendizagem coletiva, sendo o consenso “expressão democrática e participativa do coletivo escolar; é nele que se pode dizer que a multiplicidade de vozes é representada de forma de unidade” (MEDEIROS, 2007, p. 156).

Faz-se necessário justificar que a formação no formato presencial foi interrompida na 2ª semana de março de 2020, em regime excepcional e efêmero, devido às medidas de isolamento social para evitar a proliferação do novo coronavírus (COVID-19), que orientam o isolamento social causado pela pandemia (2020) que assola todo o país.

Em conseqüente, conseguimos dar continuidade à formação do projeto extensionista de forma *on-line*, por meio de webconferências pela plataforma Google Meet. O tema trabalhado foi Conselho Escolar e gerencialismo, que iniciou com uma pergunta reflexiva: “quando falamos em gerencialismo, que palavras vêm a sua cabeça?”. Essa pergunta mobilizou os participantes a remeterem o que entendiam de forma natural, saberes comuns sobre o entendimento do gerencialíssimo, que leva aos dirigentes usarem termos e técnicas empresariais, de forma a “operar uma transformação na subjetividade dos educadores, por meio da implantação de mecanismos bastante objetivos de controle que afetam a organização, a avaliação e, portanto, a gestão do trabalho docente” (SHIROMA; CAMPOS, 2006, p.227).

No último encontro formativo de forma *on-line*, foi apresentado o tema: “Conselho Escolar e gestão do Projeto Político Pedagógico (PPP)”, que cercou pela discussão desse documento ser o sustentáculo da escola. O Conselho Escolar deve entender, participar de sua construção, atualização, acompanhando as propostas de ações concretas a serem executadas durante todo o período, compreendendo o PPP como organização metodológica da escola. Isso posto, traz para o Conselho Escolar o sentimento de pertencimento desse documento criado para alcançar significados e sentidos da escola.

Em vista dos fatos apresentados, observamos a relevância da Universidade em ultrapassar seus muros e chegar até a sociedade, conhecendo suas dificuldades, peculiares e levando sua extensão colaborativa e comunicativa. A parceria entre UERN e Sistema Municipal de Ensino possibilitou pensar e repensar as práticas exercidas, para a melhoria da escola com os debates e apresentação de novos saberes pelos formadores.

Nesse sentido, o projeto de extensão apresentado com processo for-



mativo apresentou subsídios teóricos e práticos, aliando-os ao saber transformador e autônomo, com a reflexão da própria prática contextualizada com o conteúdo formativo, criando meios para que o empoderamento nasça a partir do saber. Assim, para que os conselheiros escolares colaborem com os princípios de uma gestão escolar participativa, foi necessário fomentar sua formação para que se reconheçam enquanto participantes de um órgão que deve contribuir para a conquista da autonomia da escola.

## CONCLUSÃO

De acordo com os argumentos apresentados, é significativo relatar o crescimento intelectual e profissional dos participantes do projeto de extensão articulado pela Universidade e pela SME, no sentido de empoderamento dos conselheiros na participação, sem medo ou receio de fala, das atividades propostas por todo o curso formativo. É importante destacar que a formação contribui e, ao mesmo tempo, fortalece a participação dos conselheiros escolares nos processos decisórios da escola.

Levando em consideração esses aspectos, podemos concluir que o projeto de extensão fomentou o exercício da autonomia intelectual e pessoal dos conselheiros escolares, contributo necessário para a construção do seu empoderamento argumentativo, participativo e transformador na atuação do Conselho Escolar, refletindo em práticas de democratização na escola.

## REFERÊNCIAS

BAQUERO, Rute Vivian. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan.-abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>. Acesso em: 17 maio 2022.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia, uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_14.12.2017/CON1988.pdf](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/CON1988.pdf). Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho Escolar como espaço de formação humana**: círculo de cultura e qualidade da educação. Elaboração Lauro Carlos Wittmann *et al.* Brasília: MEC, SEB, 2006a. Caderno 6.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOTLER, Alice Happ. Cultura e Relações de Poder na Escola. **Revista Educação & Realidade**, v. 32, n. 2, p. 187-206, maio/ago. 2010.

ESPÍNDULA, M. *et al.* O Campo das políticas curriculares no Brasil: a trajetória histórica da década de 90. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 103-108, jun.-dez. 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Desatando nós**: associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de matinhos, Paraná. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90063>\_Acesso em: 12 mai. 2022.

MEDEIROS, Arilene Maria. **Administração educacional e racionalidade**: o desafio pedagógico. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. La resignificación de la democracia escolar mediante el discurso gerencial: liderazgo, gestión democrática y gestión participativa. **Políticas educativas y trabajo docente**: Nuevas regulaciones, Nuevos sujetos, v. 1, p. 221-237, 2006.

